



Jaime Barreiros Neto

Direito Eleitoral

15^a
Edição
Revista,
atualizada
e ampliada

2025

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

B271s Barreiros Neto, Jaime.
Sinopses para Concursos - v.40 - Direito Eleitoral / Jaime Barreiros Neto – 15.ed., rev.,
atual. e ampl. - São Paulo: Editora Juspodivm, 2025.
520 p.

ISBN: 978-85-442-5808-8

1. Direito Eleitoral. 2. Concurso Público. I. Barreiros Neto, Jaime. II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

COLEÇÃO SINOPSES PARA CONCURSOS	7
GUIA DE LEITURA DA COLEÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 ► DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	21
1. Conceito, objeto e objetivos do Direito Eleitoral	21
2. A democracia como condição basilar para a existência do Direito Eleitoral	22
2.1. Espécies de democracia.....	24
2.2. Institutos da democracia participativa	25
2.2.1. O plebiscito para a divisão do Pará	27
3. A garantia da legitimidade do exercício do poder de sufrágio popular como objetivo do Direito Eleitoral.....	29
4. O deferimento de mandatos políticos como pressuposto da representação política	33
5. O Direito Eleitoral como microsistema jurídico e as suas relações com outros ramos do Direito	35
6. As fontes do Direito Eleitoral	38
6.1. Constituição Federal de 1988	39
6.2. Código Eleitoral (Lei nº. 4.737, de 15/07/1965)	39
6.3. Lei das Eleições (Lei nº. 9.504/97)	40
6.4. Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº. 64/90)	40
6.5. Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.....	41
6.6. Consultas a TSE e TRES.....	42
7. Princípios do Direito Eleitoral	43
7.1. A distinção entre princípios e regras	43
7.2. Princípio da lisura das eleições.....	44
7.3. Princípio do aproveitamento do voto	44
7.4. Princípio da celeridade.....	45
7.5. Princípio da anualidade	46
7.5.1. O princípio da anualidade eleitoral e a Emenda Constitucional nº 107	48
7.6. Princípio da moralidade eleitoral.....	49
Capítulo 2 ► OS SISTEMAS ELEITORAIS	55
1. Introdução	55
2. Os sistemas eleitorais e as suas espécies.....	55
2.1. O sistema eleitoral majoritário	56
2.1.1. Os votos brancos e nulos e a questão da nulidade das eleições	58

2.2. O sistema eleitoral proporcional	59
2.3. A questão do voto distrital	61
2.4. O sistema eleitoral misto	61
3. A equação da Reforma Legislativa de 2017 e a engenharia dos sistemas eleitorais no Brasil: a fragmentação partidária como raiz.....	63
4. Considerações finais	73

Capítulo 3 ► OS PARTIDOS POLÍTICOS 75

1. Introdução	75
2. Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	76
3. Os partidos políticos na Lei nº 9.096/95	78
3.1. Disposições preliminares	78
3.2. Da criação e do registro dos partidos políticos.....	81
3.3. Da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.....	85
3.4. O funcionamento parlamentar e a cláusula de barreira.....	88
3.5. Do programa e do estatuto dos partidos políticos.....	90
3.6. Responsabilidade civil e trabalhista dos órgãos partidários	90
3.7. Disciplina e fidelidade partidárias.....	91
3.8. Da filiação partidária.....	102
3.8.1. A Resolução TSE nº. 23.596/19 e a criação do Sistema FILIA	105
3.9. Das finanças e contabilidades dos partidos políticos.....	108
3.10. Do fundo partidário.....	114
3.11. Do acesso gratuito ao rádio e à TV.....	119
4. As coligações partidárias	122
5. A Lei 14.208/21 e a possibilidade de criação de federações partidárias	126
6. As fundações e institutos mantidos pelos partidos políticos.....	130

Capítulo 4 ► JUSTIÇA ELEITORAL 133

1. Notas introdutórias.....	133
2. Funções da Justiça Eleitoral.....	133
2.1. Função jurisdicional da Justiça Eleitoral	134
2.2. Função executiva da Justiça Eleitoral.....	135
2.3. Função legislativa (normativa) da Justiça Eleitoral.....	137
2.4. Função consultiva da Justiça Eleitoral.....	138
3. Organização e competência da Justiça Eleitoral	139
3.1. O Tribunal Superior Eleitoral	140
3.2. Os tribunais regionais eleitorais	143
3.3. Os juízes eleitorais e a divisão geográfica da Justiça Eleitoral de primeira instância.....	147
3.4. As juntas eleitorais.....	149

Capítulo 5 ▶	MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	151
1.	Notas introdutórias.....	151
2.	Princípios institucionais do Ministério Público Eleitoral	152
2.1.	Princípio da federalização	152
2.2.	Princípio da delegação.....	153
2.3.	Princípio da excepcionalidade	153
3.	Organização e atribuições do Ministério Público Eleitoral	154
4.	O exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público	157
Capítulo 6 ▶	ALISTAMENTO ELEITORAL E AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE POLÍTICA.....	159
1.	A capacidade política: conceito e noções preliminares.....	159
2.	A aquisição da nacionalidade brasileira	160
3.	O alistamento eleitoral e a gestão do cadastro eleitoral	164
3.1.	Diferença entre alistamento, transferência, revisão e segunda via	170
3.2.	Documentos necessários para o alistamento eleitoral.....	170
3.3.	O alistamento eleitoral no Código Eleitoral: principais informações.....	173
4.	O domicílio eleitoral	175
4.1.	Transferência do domicílio eleitoral	176
5.	Do título eleitoral	177
6.	Do batimento de dados biográficos e de dados biométricos	177
7.	Correção e revisão do eleitorado e procedimento revisional	180
8.	Perda e suspensão dos direitos políticos	181
8.1.	A suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146/15)	183
8.2.	A suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado	188
8.3.	Suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa.....	190
Capítulo 7 ▶	CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS	191
1.	Notas introdutórias.....	191
2.	Das convenções para a escolha de candidatos a cargos eletivos.....	192
2.1.	As espécies de convenções partidárias	193
2.2.	As alterações na disciplina das convenções partidárias promovidas pela Lei nº. 12.034/09	193
2.3.	As convenções e a questão dos prazos de filiação partidária e domicílio eleitoral	194
2.4.	A questão da candidatura nata	197
3.	Do registro de candidatos.....	197
3.1.	A questão do número máximo de candidatos a serem registrados por cada partido político ou coligação partidária	197

3.2. A questão do preenchimento mínimo de vagas para cada sexo	199
3.3. Documentos necessários para a promoção do registro de candidatura ...	201
3.4. A polêmica em torno do conceito de quitação eleitoral	205
3.5. A questão da obrigatoriedade de registro das propostas de candidatos a prefeito, governador e presidente da República	206
3.6. O requerimento individual de candidatura	207
3.7. O momento correto para a aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade.....	208
3.8. O registro sub judice de candidato impugnado e a teoria da “conta e risco”	209
3.9. A situação de candidatos expulsos dos seus partidos políticos após o registro da candidatura	213
3.10. Identificação numérica e variação nominal dos candidatos.....	213
3.11. A substituição de candidatos após o término do prazo de registro de candidaturas.....	215
4. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	218
Capítulo 8 ▶ CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE.....	219
1. Notas introdutórias: a distinção entre condições de elegibilidade e inelegibilidade	219
2. As condições de elegibilidade previstas na Constituição de 1988.....	223
3. As causas de inelegibilidade: Noções conceituais e classificação	225
4. Hipóteses de inelegibilidades previstas na Constituição Federal de 1988.....	226
4.1. Os inalistáveis e os analfabetos.....	226
4.2. A questão da reeleição para cargos executivos	228
4.3. A necessidade de desincompatibilização do presidente da república, governadores e prefeitos a fim de concorrerem a outros cargos	229
4.4. A questão da inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do artigo 14 da CF/88	231
4.5. Candidaturas de militares.....	234
5. Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº. 64/90 e a Lei da Ficha Limpa.....	234
5.1. A “Lei da Ficha Limpa” (LC 135/10) e as alterações por ela propiciadas na Lei das Inelegibilidades (LC 64/90).....	235
5.2. Situações hipotéticas de inelegibilidades previstas na LC 64/90	240
5.2.1. A inelegibilidade dos inalistáveis, dos analfabetos e dos parlamentares com mandatos cassados	241
5.2.2. A inelegibilidade de governadores, prefeitos e seus vices por violação a dispositivo de Constituição Estadual, Lei Orgânica do DF ou de município.....	242
5.2.3. A inelegibilidade em virtude de condenação em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político.....	243

5.2.4. A inelegibilidade em virtude da prática de crimes (art. 1º, I, “e” da LC 64/90).....	245
5.2.5. A inelegibilidade em virtude de incompatibilidade ou indignidade do oficialato.....	247
5.2.6. A inelegibilidade em virtude de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas por irregularidade insanável e a Súmula nº. 01 do TSE	247
5.2.7. As novas hipóteses de inelegibilidades instituídas pela Lei da Ficha Limpa: as alíneas “j” a “q” do inciso I do art. 1º da LC 64/90.....	249
6. A LC 64/90 e as previsões de prazos de desincompatibilização de titulares de determinados cargos ou funções como requisito para a disputa de mandatos eletivos	251
6.1. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de seis meses antes do pleito.....	252
6.2. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de quatro meses antes do pleito.....	253
6.3. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de três meses antes do pleito.....	254
7. Bloco de constitucionalidade e a questão da inconveniência de dispositivos da Lei da Ficha Limpa.....	256
Capítulo 9 ▶ ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....	263
1. Notas introdutórias.....	263
2. A administração financeira das campanhas eleitorais.....	265
3. As doações realizadas por pessoas físicas para campanhas eleitorais.....	269
4. O fim das doações financeiras de pessoas jurídicas nas campanhas eleitorais e os novos tetos de gastos de campanhas	272
5. Receitas vedadas a candidatos e partidos políticos em campanha eleitoral....	275
6. O fundo especial de financiamento de campanhas (FEFC).....	276
7. Da prestação de contas nas campanhas eleitorais.....	283
7.1. A verificação da regularidade das contas pela Justiça Eleitoral.....	289
7.2. A representação do artigo 30-A da Lei nº. 9.504/97.....	290
7.3. As sobras de campanhas eleitorais.....	291
Capítulo 10 ▶ PESQUISAS ELEITORAIS E PROPAGANDA POLÍTICA.....	293
1. Notas introdutórias.....	293
2. As pesquisas eleitorais.....	293
3. A propaganda política	297
3.1. Princípios da propaganda política	298
3.2. As espécies de propaganda política.....	299
4. Da propaganda eleitoral em geral.....	306

4.1. O importante art. 37 da Lei das Eleições.....	306
4.2. A propaganda eleitoral dos candidatos a vice e a suplentes de senador	310
4.3. A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos na campanha eleitoral	310
4.4. A realização de comícios e showmícios e a utilização de alto-falantes, amplificadores de som e trios elétricos nas campanhas eleitorais.....	311
4.5. As vedações à boca de urna e a questão da manifestação individual e silenciosa do eleitor no dia da eleição	313
4.6. A vedação ao uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos de governo, empresas públicas ou sociedades de economia mista	315
4.7. O artigo 41 da Lei nº. 9.504/97 e o exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral	316
4.8. Propaganda política, pandemia e Emenda Constitucional 107	318
5. Da propaganda eleitoral mediante outdoors.....	322
6. Da propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	322
7. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão.....	323
7.1. As vedações impostas pela legislação às emissoras de rádio e televisão durante o período eleitoral.....	324
7.2. Os debates eleitorais no rádio e na TV	326
7.3. O horário eleitoral gratuito	329
8. Da propaganda eleitoral na internet.....	333
8.1. Quais os deveres dos provedores de aplicação que prestem serviços de impulsionamento de propagandas na internet?	338
8.2. O que caracteriza conteúdo político-eleitoral para fins de impulsionamento de anúncios na internet?.....	340
8.3. É permitido o uso de inteligência artificial na propaganda eleitoral?	340
8.4. Avatares e chatbots podem ser utilizados na comunicação entre candidatos e eleitores?	340
8.5. É possível o uso de técnicas de “deep fake” na propaganda eleitoral?...	340
9. Do direito de resposta	341
9.1. Direito de resposta em virtude de ofensa promovida na internet.....	343
9.2. Considerações finais sobre o direito de resposta	344
10. A representação por propaganda eleitoral irregular (art. 96 da lei nº. 9.504/97).....	345
11. Quadro-resumo: o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral.....	345
Capítulo 11 ► ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, GARANTIAS ELEITORAIS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS.....	351
1. Notas introdutórias.....	351
2. A organização das seções eleitorais e das mesas receptoras de votos.....	351
2.1. A organização das seções eleitorais.....	351

2.2. A organização das mesas receptoras de votos.....	353
3. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos.....	355
3.1. O início e o encerramento da votação	356
3.2. Documentos necessários à identificação do eleitor.....	356
3.3. O voto em separado e sua previsão no Código Eleitoral	358
3.4. A questão da impossibilidade de conclusão do procedimento de votação pelo eleitor.....	358
3.5. A questão do voto em trânsito para presidente da república.....	359
3.6. A votação por cédulas.....	360
3.7. As recentes reformas eleitorais e a adoção do voto impresso nas eleições.....	361
3.8. Nulidades na votação.....	365
3.9. Fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação.....	368
4. Justificativa de não comparecimento à eleição.....	371
5. A fiscalização das eleições.....	373
6. A questão da contratação de cabos eleitorais durante a campanha	374
7. Garantias eleitorais	375
8. A apuração e a proclamação dos resultados.....	376
8.1. A apuração da votação por meio de cédulas.....	378
9. A diplomação e a posse dos eleitos.....	379

Capítulo 12 ▶ ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES, CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS E COMBATE À VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER.....	383
1. Noções introdutórias.....	383
2. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	388
2.1. Condutas vedadas previstas nos incisos I a IV do art. 73 da Lei das Eleições.....	388
2.2. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e o inciso V do art. 73 da Lei das Eleições	392
2.3. Condutas vedadas aos agentes públicos nos três meses anteriores ao pleito (art. 73, VI da Lei das Eleições).....	393
2.4. Vedação à realização de despesas com publicidade que excedam a média de gastos	396
2.5. A questão da revisão geral da remuneração de servidores públicos em ano eleitoral.....	397
2.6. Consequências advindas do descumprimento das normas do artigo 73 da Lei das Eleições	398
2.7. O artigo 74 da Lei das Eleições e a possibilidade de cassação de diploma de candidato violador do artigo 37, § 1º da Constituição Federal.....	400
2.8. A questão da vedação de contratação de shows artísticos pagos com	

recursos públicos nos três meses que antecederem às eleições	400
2.9. A questão da presença de candidatos em inaugurações públicas	400
2.10. A representação por prática de conduta vedada prevista no art. 96 da Lei nº. 9.504/97	401
3. A captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei das Eleições).....	402
4. A questão do fornecimento gratuito de transporte e alimentação em dias de eleição	406
4.1. O transporte dos eleitores no dia da eleição	406
4.2. O oferecimento de refeições a eleitores no dia da eleição	408
5. Combate à violência política contra a mulher	409
Capítulo 13 ► AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS	411
1. Notas introdutórias.....	411
2. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	411
2.1. Legitimidade ativa para a AIRC	411
2.2. Legitimidade passiva para a AIRC	413
2.3. Prazo para a interposição da AIRC	413
2.4. Competência para o processamento e julgamento da AIRC	414
2.5. Procedimento da AIRC	414
3. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	416
3.1. Legitimidade ativa e passiva para a AIJE.....	416
3.2. Prazo para a interposição da AIJE	417
3.3. Competência para o processamento e julgamento da AIJE	418
3.4. Procedimento da AIJE	418
3.5. Efeitos da procedência da AIJE	420
4. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).....	421
4.1. Objeto e previsão constitucional da AIME	421
4.2. Competência para o processamento e julgamento da AIME	422
4.3. Legitimidade ativa e passiva para a AIME	422
4.4. Procedimento adotado na AIME.....	423
4.5. A questão da possibilidade de litispendência entre AIJE, AIME e RCD.....	423
5. A representação do art. 96 da lei nº 9.504/97	423
5.1. Rito processual da representação prevista no art. 96 da Lei das Eleições.....	424
6. Representação por Captação Ilícita de Sufrágio	425
7. Representação para a apuração de arrecadação e gastos ilícitos (Captação ilícita de recursos: art. 30-A da Lei das Eleições).....	427
8. Recurso Contra a Diplomação (RCD)	428
8.1. A legitimidade ativa e passiva para o RCD.....	430
8.2. Algumas questões processuais referentes ao RCD.....	431

9. Ação Rescisória Eleitoral	432
9.1. Pressupostos da Ação Rescisória Eleitoral	432
9.2. A questão da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória eleitoral	433
10. Teoria geral dos recursos eleitorais	434
11. Os recursos eleitorais em espécie	437
11.1. Recursos contra decisões de Junta Eleitoral	437
11.2. Recursos contra decisões de juiz eleitoral.....	438
11.3. Recursos contra decisões de tribunal regional eleitoral	438
11.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	441
12. A Lei 13.165/15 E as alterações promovidas na matéria processual eleitoral.....	442
13. Breves considerações sobre a aplicação do CPC/2015 ao processo eleitoral.....	444
Capítulo 14 ► CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	451
1. Notas introdutórias.....	451
2. O Processo penal eleitoral.....	451
2.1. A instauração do processo penal eleitoral e o inquérito policial eleitoral	451
2.2. A fase de conhecimento do processo penal eleitoral	453
2.3. Competência para o processamento e o julgamento dos crimes eleitorais.....	454
2.3.1. A competência em razão do lugar.....	454
2.3.2. A competência em razão do domicílio ou residência do réu.....	454
2.3.3. A competência em razão da matéria	454
2.3.4. A competência em razão da pessoa	455
2.3.5. As hipóteses de existência de conexão e continência.....	457
2.4. A revisão criminal eleitoral.....	459
2.5. O Pacote Anticrime, o juiz de garantias e sua aplicação ao processo eleitoral	460
3. Os crimes eleitorais.....	463
3.1. Dos crimes concernentes à formação do corpo eleitoral.....	464
3.2. Crimes eleitorais relativos à formação e funcionamento dos partidos políticos	465
3.3. Os crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade	466
3.4. Os crimes eleitorais concernentes à propaganda eleitoral.....	467
3.5. Os crimes relativos à votação.....	474
3.6. Crimes eleitorais pertinentes à garantia do resultado legítimo das eleições.....	480
3.7. Crimes concernentes à organização e funcionamento dos serviços eleitorais.....	482
3.8. Crimes contra a fé pública eleitoral	485

Anexo 1 ▶ SÚMULAS DO TSE	491
Anexo 2 ▶ TESES DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL	501
a) Princípios do direito eleitoral: princípio da anualidade.....	501
b) Ministério Público Eleitoral.....	501
c) Elegibilidade e inelegibilidade.....	501
D) Liberdade de reunião e propaganda política.....	503
E) Provas.....	503
Anexo 3 ▶ RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016	505
REFERÊNCIAS	509